



Ministério da Saúde
Secretaria Executiva
Departamento de Cooperação Técnica e Desenvolvimento em Saúde
Coordenação-Geral do PROADI-SUS
Coordenação de Captação e Celebração dos Projetos PROADI -SUS

ATA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos 15 dias do mês de dezembro de 2022, às 10 horas, na sede da Organização Pan-Americana da Saúde - OPAS/OMS, Lote 19 - Avenida das Nações, SEN - Asa Norte, Brasília/DF, no Auditório Carlyle Guerra de Macedo, realizou-se a 12ª Reunião Ordinária do Comitê Gestor do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde (Proadi-SUS), em cumprimento ao §1º do art. 4º do Anexo XCIII à Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, sob a Presidência do Senhor Bruno Silva Dalcolmo, Secretário-Executivo do Ministério da Saúde, e com o comparecimento dos demais membros do colegiado, Senhor Wilames Freire Bezerra, Presidente do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), e o Senhor Né시오 Fernandes de Medeiros Junior, Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass).

Registradas as presenças (0030854511): Sra. Socorro Gross, Representante da OPAS/OMS no Brasil; Sra. Ana Paula Rodrigues Siqueira, Diretora DECOOP/SE/MS; Sr. Benicio Marques da Silva Filho, Assessor GAB/SE/MS; Sra. Tatiany Volker Boldrini, Técnica em Comunicação Social DECOOP/SE/MS; Sr. Max Nóbrega de Menezes Costa, Coordenador-Geral CGPROADI/DECOOP/SE/MS; Sr. Stefano Nunes Portuguese de Souza, Assessor CGPROADI/DECOOP/SE/MS; Sra. Jéssica da Silva Rodrigues, Coordenadora CCPROADI/CGPROADI/DECOOP/SE/MS; Sra. Paula Luisa Eberle Denicol, Assessora Técnica CCPROADI/CGPROADI/DECOOP/SE/MS; Sra. Raquel Leandro Andretto, Técnica CCPROADI/DECOOP/SE/MS; Sra. Nayana Fernandes Rodrigues, Técnica CCPROADI/CGPROADI/DECOOP/SE/MS; Sr. Jorge Luiz Silva Lima, Técnico CCPROADI/CGPROADI/DECOOP/SE/MS; Tatiane Vanessa Alves da Cunha, Técnica CCPROADI/CGPROADI/DECOOP/SE/MS; Sr. Laura Díaz Ramirez Omotosho, Coordenadora substituta CAPROADI/CGPROADI/DECOOP/SE/MS; Sra. Ligeize Ferreira Lins, Técnica CAPROADI/CGPROADI/DECOOP/SE/MS; Sr. Nivaldo Alves de Moura Filho, Diretor adjunto DGIP/SE/MS; Josilaine Nunes Aguiar, Assessora Técnica DESID/SE; Sra. Maria Inez Pordeus Gadelha, Secretária Adjunta SAES/MS; Sr. Marcus Costa, Assessor do Núcleo de Apoio à Análise Financeira SAES/MS; Sra. Ana Valéria Cortes Magalhães, assessora Técnica CGHID/DAHU/SAES/MS; Sra. Renata Maria da Silva Camões, Assessora do Núcleo de Apoio à Análise Financeira SAES/MS; Sra. Simone do Egypto Feitoza de Oliveira Miranda, Assessora DAET/SAES; Cristiane Maria Reis Cristalda, Técnica DAHU/SAES; Ana Paula Teles Ferreira Barreto, Secretária Adjunta SCTIE/MS; Sra. Patrícia de Campos Couto, Coordenadora COPP/CGFPS/DECIT/SCTIE/MS; Alexandre Medeiros Amorim Rodrigues, Coordenador Geral de Projetos substituto GPROJ/SCTIE/MS; Frederico Guilherme Wierne, Coordenador Geral de Projetos CGPROJ/SCTIE/MS; Sr. Wesley Pires Barbosa, Coordenador-Geral CGPROJ/SAPS/MS; Sra. Michelle Reis Ledur, Analista de Projetos SGTES/MS; Igor Theodoroviz Barreto, Técnico CGPROJ/SESAI/MS; Gerson Fernando Mendes Pereira, Diretor DCCI/SVS/MS; Marcelo Mafra Leal, Coordenador-Geral de Projetos CGPROJ/SVS/MS; Maiko Luis Tonini, Técnico CGPROJ/SVS/MS; Flavia Moreno Alves de Souza, Técnica CGPROJ/SVS/MS; Weldson Ferreira Abreu, Técnico CGPROJ/SVS/MS; Bruna Fanis, CGPROJ/SVS/MS; Sr. Alex Ricardo Martins, Gerente de Programas da Sociedade Beneficente de Senhoras – Hospital Sírío Libanês (HSL); Sra. Ana Paula Neves M. de Pinho, Diretora Executiva de Responsabilidade Social – Hospital Alemão Oswaldo Cruz (HAOC); Sra. Nídia Cristina de Souza, Gerente de Projetos (HAOC); Sra. Bernadete Weber, Assessora de Relações Institucionais da Real e Benemérita Associação Portuguesa de Beneficência (BP); Guilherme Cesar Silva Dias Santos, Coordenador Hub BP; Rodrigo Almeida, Gerente médico (BP), Rafael Saad, Coordenador de Projetos (BP); Rodrigo Quirino, Gerente de Escritório de projetos (BP); Sra. Joslene Menezes Rodrigues, Gerente Executiva da Associação Beneficente Síría - Hospital do Coração (HCor); Sra. Patrícia Vendramim, Gerente de Projetos Proadi-SUS HCor; Sr. Luiz Antônio Mattia, Consultor de Relacionamento Institucional da Associação Hospitalar Moinhos de Vento (AHMV); Sr. Guilherme de Paula Pinto Schettino, Diretor Superintendente da Sociedade Beneficente Israelita Brasileira – Hospital Albert Einstein (HIAE); Sr. Renato Tanjoni, Gerente de Responsabilidade Social HIAE; Cláudia Garcia de Barros, Coordenadora Geral (HIAE); Fernanda Pahin Santos, Coordenadora de Projetos (HIAE); José Eduardo Afonso Júnior, Coordenador Médico de Transplantes do Hospital (HIAE); Sr. René José Moreira dos Santos, Assessor Técnico do Conass; Daniel Resende Faleiros, Assessor Técnico do Conasems; Paulo Roberto Alves, Assessor Conass; Sr. Mauro Guimarães Junqueira, Secretário-Executivo do Conasems.

Participaram também, de forma virtual, via plataforma Zoom: Sr. Joaquim Roberto Fernandes, CAPROADI/CGPROADI/DECOOP/SE/MS; Sr. Lucas Barbieri, Gerente de Projetos Proadi-SUS (AHMV); Luiza Bicca de Castro Payeras, Consultora Técnica de Projetos (AHMV); Henrique Andrade Rodrigues da Fonseca, Pesquisador HIAE, Luana Araujo, Pesquisadora HIAE, Lillian Cristina dos Santos, Assessora Técnica CGPROADI/DECOOP/SE/MS.

Iniciada a sessão da última reunião do ano de 2022, a 12ª Reunião Ordinária do Comitê Gestor, a Sra. Ana Paula Rodrigues Siqueira, Diretora DECOOP/SE/MS, cumprimentou os membros da mesa, agradeceu a colaboração de todos ao longo de um ano muito produtivo em relação aos projetos e pontuou que são boas as perspectivas para o próximo ano, em sequência passou a palavra ao Secretário-Executivo do Ministério da Saúde, Sr. Bruno Silva Dalcolmo que saudou os participantes da mesa e agradeceu a presença de todos.

A Sra. Ana Paula em sequência passou a palavra ao Senhor Wilames Freire Bezerra, Presidente do Conasems, que deu boas vindas a todos e agradeceu pelo apoio e receptividade de sempre pelas áreas de forma direta e indiretamente contribuindo para que o ano 2022 pudesse ser um ano exitoso, e ao final desejou um bom dia de trabalho a todos.

Na sequência, o Sr. Né시오 Fernandes de Medeiros Junior, Presidente do Conass, saudou a abertura dos trabalhos e celebrou as estratégias do Proadi-SUS que foram aperfeiçoadas ao longo dos anos com importantes ajustes no processo de repactuação, de aprovação dos projetos e que as instituições conseguiram ocupar com muita qualidade o espaço que lhes foi dado. Em seguida, em nome dos Conass, cumprimentou a todos os presentes e desejou uma ótima reunião.

Em continuidade, foram apresentados os informes da pauta pela Sra. Ana Paula Rodrigues Siqueira, que exibiu o painel de monitoramento do 5º triênio do Proadi-SUS, composto por 218 propostas submetidas, 157 projetos aprovados, o valor do termo de ajuste de R\$ 2.227.780.308,07, e com R\$ 2.134.519.285,05 de recursos alocados em projetos aprovados neste triênio. Apresentou a evolução do painel de monitoramento, como os valores de aprovação e, consequentemente, a previsão até o final do triênio que se encerra em 2023.

A seguir, a Sra. Ana Paula apresentou o cenário gerencial dos projetos Proadi-SUS, que abrange a informação dos valores referentes às propostas pautadas e em análise, no valor de R\$ 51.039.648,22 (propostas pendentes). Seguindo no cenário gerencial, foi exibida a tabela com valores agregados de projetos pendentes de análise, incluindo os projetos pendentes de análise inicial no valor de R\$ 58.779.709,81 e as análises pendentes de alteração de valor dos projetos.

Seguindo na análise, em relação ao percentual por área responsável e por área de atuação, observou-se a predominância das secretarias SAES e e SCTIE no Proadi-SUS, e por área de atuação há a predominância do desenvolvimento de técnicas, operação de gestão em serviços de saúde como a principal área de apresentação de projetos.

Todas as informações do cenário gerencial dos projetos Proadi-SUS do 5º triênio estão disponibilizadas no Portal do Ministério da Saúde: https://infoms.saude.gov.br/extensions/Painel_Monitoramento_PROADI/Painel_Monitoramento_PROADI.html.

Na sequência foi apresentado o fluxo para a renovação do reconhecimento de excelência das entidades de saúde. Os seis hospitais já protocolaram o requerimento de renovação, e no próximo ano será dado prosseguimento aos demais procedimentos: formação da Comissão de Avaliação, solicitação às instituições dos documentos de comprovação de requisitos, análise da documentação das instituições, visitas técnicas *in loco* pela Comissão de Avaliação, emissão de Parecer Técnico conjunto conclusivo da análise, deliberação do Comitê Gestor do Proadi-SUS e publicação no DOU de Portaria com o resultado da análise.

Após a apresentação do fluxo, a Sra. Ana Paula passou a palavra ao Sr. Max Nóbrega de Menezes Costa, Coordenador-Geral CGPROADI/DECOOP/SE/MS para explicar a perspectiva para o próximo ano quanto ao cronograma apresentado. Este, por sua vez, explanou que na ausência de dispositivo na portaria para a definição de um fluxo, é necessário que seja validado neste comitê gestor e, uma vez validado, será iniciado o recebimento da solicitação da documentação, requisito da Portaria SE/MS nº 112/2012. A renovação do reconhecimento de excelência é um requisito para a celebração do termo de ajuste, então está previsto para o cronograma do primeiro semestre o reconhecimento de excelência, em seguida siga para a celebração do termo de ajuste, e paralelamente discutir uma agenda dos temas prioritários para o sexto triênio, que se inicia em 2024. Já com os temas validados para o sexto triênio, será iniciada a discussão com as áreas finalísticas, as entidades de saúde e os conselhos sobre os projetos que deverão ser protocolados formalmente a partir do segundo semestre de 2023, e que estes consigam sua execução já em janeiro de 2024, após serem publicados no DOU.

Em complementação à fala do Sr. Max Nobrega, o Sr. Renê José Moreira dos Santos, Assessor Técnico do Conass, relatou que este é um tema que os conselhos e o ministério vêm discutindo nos últimos meses, a fim de construir em conjunto uma agenda orientadora para 2023, para que os projetos possam ser aprovados ainda em 2023, para já iniciar o sexto triênio com projetos aprovados para execução. Nesse sentido, o Conass e o Conasems aguardam a formalização em relação à formação da comissão, para indicar os titulares e os suplentes e ajustar o cronograma das visitas para que os conselhos estejam presentes.

Tendo o fluxo para a renovação do reconhecimento de excelência **aprovado** pelo comitê, a Sra. Diretora explanou que após a assinatura da ata, o Decoop fará a solicitação da indicação dos nomes por parte das secretarias finalísticas e conselhos, para formar a Comissão de Avaliação, como ponto inicial da execução do cronograma apresentado.

Continuando a pauta de informes, a Sra. Ana Paula Rodrigues Siqueira apresentou, para conhecimento e registro, uma desistência de proposta da Sociedade Beneficente Israelita Brasileira – Hospital Albert Einstein (HIAE), em decorrência de prazo insuficiente para execução do projeto, apresentando o Quadro I.

Quadro I - Desistencia de Proposta

Hospital de Excelência	NUP	Título	Valor
HIAE	25000.025236/2021-12	Análise técnica e de viabilidade econômica para integração/fusão do INC, INCA e INTO com proposição de modelo para estruturação do Novo Complexo dos Institutos Nacionais	R\$ 6.000.00,00

Foi informada a desistência da proposta "**Análise técnica e de viabilidade econômica para integração/fusão do INC, INCA e INTO com proposição de modelo para estruturação do Novo Complexo dos Institutos Nacionais**", do HIAE, inscrita sob o nup 25000.025236/2021-12, onde o objetivo geral era "*propor modelo para integração/fusão dos Institutos Nacionais no Novo Complexo dos Institutos Nacionais*". A área técnica, representada pela pessoa da Sra. Maria Inez Pordeus Gadelha, Secretária Adjunta SAES/MS, relatou que o INCA possuía 19 endereços no Rio de Janeiro e que o processo de construção de unificação desses endereços foi iniciado com a contratação de uma construtora, mas que desistiu do projeto no decorrer do processo, gerando um problema. Essa demanda foi retomada pela Secretaria de Atenção Especial Especializada a Saúde (SAES), entretanto, a grande dificuldade desde então ficou a cargo principalmente da falta dos recursos humanos, culminando com a COVID-19, fazendo com que as análises internas do MS não avançassem. Sendo assim, acordou-se em deixar para a próxima gestão a proposta que, do ponto de vista prático, é bastante necessária, e sugere manter a suspensão da proposta neste momento. Em contribuição à fala da Sra. Maria Inez, o Sr. Bruno Silva Dalcolmo, Secretário-Executivo do Ministério da Saúde, relatou que a desistência da proposta nesse momento é acertada, pelo que foi disposto pela representante da área técnica, e sem dúvida nenhuma, os hospitais federais no Rio de Janeiro e os institutos podem e devem avançar muito no sentido de uma maior flexibilidade na gestão de todos eles, e é claro que isso pode incluir, por exemplo, uma centralização da aquisição de equipamentos e medicamentos, de contratação de pessoas, um instrumento jurídico que seja mais flexível, e que sem dúvida precisa ser estudado no próximo ciclo pela próxima gestão.

Ainda a título de informe, a Sra. Ana Paula Rodrigues Siqueira apresentou, para conhecimento e registro, dois projetos reprovados pela área técnica SAES, conforme o Quadro II.

Quadro II - Projetos Reprovados

Hospital de Excelência	NUP	Título	Valor
AHMV	25000.154526/2021-72	Linhas de cuidado: monitoramento e gestão das DCNT no SUS	R\$1.697.826,78
BP	25000.112605/2021-14	HPP nas Redes de Atenção à Saúde – Atuação e inserção dos Hospitais de Pequeno nas RAS	R\$ 12.267.554,00

O primeiro projeto "**Linhas de cuidado: monitoramento e gestão das DCNT no SUS**", do AHMV, inscrito sob o NUP 25000.154526/2021-72, havia sido apresentado na 6ª reunião do Comitê Gestor de 2022, com recomendação de reprovação, mas foi solicitada a retirada de pauta. A AHMV impetrou recurso administrativo, e a análise da área técnica manteve a recomendação de reprovação, ratificada pelo Parecer Técnico nº 1931/2022-DAET/CGAE/DAET/SAES/MS, considerando o não atendimento das diligências no prazo previsto em Portaria. Com a palavra a Sra. Maria Inez, representante da SAES, relatou que além das pontuações feitas, a área técnica notou a necessidade de acionar no processo de análise a SAPS, a SVS e a SCTIE, por se tratar de um projeto muito abrangente, e solicitou que fosse acrescida esta situação à justificativa de reprovação. Com a palavra, o Sr. Renê fez as pontuações do Conass e Conasems, frisando que a proposta foi aprovada em 25 de novembro de 2021, e os conselhos insistem, mais uma vez, que em havendo questões com esse tipo de manifestação, que esta ocorra o mais breve possível por parte da área técnica, para mitigar esse hiato de análise, uma vez que muitos projetos foram para o processo de desistência por não haver tempo hábil de execução. Ainda com a palavra, o Sr. Renê solicitou discutir no início do ano esta questão, porque alguns projetos ficam por um tempo longo em análise, e ao final recebem respostas negativas, que a seu ver poderiam ter sido colocadas anteriormente. Sem entrar no mérito, por se tratar de informe, o representante do Conass solicitou para que conste em ata a manifestação do hospital. Este, na pessoa do Sr. Luis Eduardo Ramos Mariath, Superintendente de Responsabilidade Social da Associação Hospitalar Moinhos de Vento (AHMV), saudou a todos e esclareceu que na última diligência o hospital solicitou a dilação de prazo, porque foram muitas solicitações por parte da área. Esta solicitação não foi respondida, e o hospital encaminhou a resposta tempestivamente, no prazo do pedido de dilação. Se desconsiderar a solicitação de dilação do prazo, então de fato foi intempestivo, entretanto, considerando o longo tempo de análise pela área técnica, o hospital poderia ter atendido de maneira estruturada as diligências. Quanto à questão pontuada pela Dra. Maria Inez, o hospital concorda que o projeto está conectado com outras secretarias. Contudo, trata-se de uma ação que é feita inter-Secretarias e não diretamente pelo hospital. Cabe ao hospital iniciar o processo em determinada Secretaria, e esta ao receber o projeto faz a interface, sendo assim, o hospital se colocou à disposição para trabalhar em conjunto.

Em sequência, foi apresentado o projeto reprovado "**HPP nas Redes de Atenção à Saúde – Atuação e inserção dos Hospitais de Pequeno nas RAS**", da BP, inscrito sob o NUP 25000.112605/2021-14. A área técnica recomendou a manutenção da reprovação do projeto, após a solicitação de

reconsideração apresentada na 6ª Reunião do Comitê Gestor. Em defesa da **reprovação**, a Sra. Maria Inez representante da SAES, relatou que o projeto HPP é um assunto muito antigo dentro da Secretaria e que foi financiado um grande estudo, capitaneado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sobre esses hospitais. Trata-se de um assunto que nunca saiu do radar, nem do Conasems, nem do Conass nem da SAES, e com a retomada do assunto como prioritário, foi feita a atualização do estudo da UFMG, corroborado com o estudo do Banco Mundial. Com base nisso, a SAES está com um projeto piloto começando no estado de Goiás, porque no Brasil tem 3.865 hospitais com menos de 50 leitos, dos quais 327 Hospitais de Pequeno Porte (HPP) estão no estado de Goiás. A secretária da SAES se reuniu com o governador de Goiás e com o secretário estadual de saúde de Goiás para levar esse piloto, e os estudos já existem, inclusive, com um perfil muito claro das possibilidades de prestação de serviços nesses hospitais, se seriam maternidade, se seriam policlínicas ou se seriam um prontos atendimentos. Na continuidade, o Sr. Mauro Junqueira manifestou o fato de que para o Conasems, o hospital de pequeno porte, na atual configuração, não se ajusta à rede de atenção à saúde, e que em média têm taxa de ocupação de 20%. Obviamente, que em regiões com vazios assistenciais é importante ter um hospital de pequeno porte, 20 ou 30 leitos, porque só existe esse equipamento, mas na maioria das regiões se proliferam hospitais de pequeno porte, com custo altíssimo, financiado pelos municípios. O estudo da UFMG, que é 2014 e que foi atualizado, não contempla o objetivo do projeto em discussão, que visa, na realidade, a inserção desses hospitais na rede requalificando esses hospitais. O nome utilizado pode ser hospital, mas a proposta é que seja uma unidade básica de saúde ampliada, um CAPS, ou um outro instrumento para o uso da população, com um trabalho para todo o país. Há mais de 3000 hospitais que precisam ser requalificados, e o custo que o Ministério tem com esses hospitais é significativo. Então é esse o pleito do Conasems, estudar e conversar sobre um projeto nessa linha. Finalizando sua fala, o Sr. Mauro declarou insatisfação com reprovação do projeto e informou que os conselhos, em 2023, irão propor a discussão de um projeto de grande envergadura para o próximo triênio, e que vão insistir nisso porque é importante para o país. O representante do Conass, Sr. René, chamou atenção para o primeiro parecer técnico, em que os argumentos apresentados para a reprovação não seriam suficientes, na visão do Conass, diante do escopo do projeto apresentado, porque na verdade o plano de trabalho visa a integração dos HPPs à Rede de Atenção à Saúde, e que até então nenhuma portaria tratou especificamente sobre isso e não houve nenhuma discussão tripartite sobre o tema. Considerando ser um caso de informe da reprovação, que projeto exigiria mais tempo de execução, e sem dúvida alguma não há a menor possibilidade de execução a partir de agora até o final do ano do triênio, como forma de registro o representante do Conass concordou com o Conasems, e solicitou que esse tema seja prioritário dentro da agenda que vai ser construída em 2023, pensando próximo triênio. Solicitou que seja considerada a necessidade de um projeto como esse, e havendo a necessidade de fazer um redesenho nesse projeto, que essa visão da integração do hospital de pequeno porte na rede se mantenha como eixo central de uma proposta para o próximo triênio. Em intervenção, o Sr. Nésio solicitou fazer suas considerações e afirmou que os HPP podem ser um ponto frágil do SUS, já que existem componentes de insuficiência de avaliação tanto de resultados, quanto de aplicação de recursos públicos. Frisou, ainda, que este assunto não se resolveria somente no âmbito da pesquisa, no âmbito normativo ou âmbito da pactuação tripartite, por ser um assunto ultrassensível, complexo, que envolve uma engrenagem política local, microrregional de diferentes composições, de hospitais de diferentes naturezas jurídicas. Nesse sentido, a questão deve ser debatida nas estruturas de Estado, com órgãos de controle, envolvendo engrenagem regulatória, desenho de redes de atenção, financiamento, e ao longo do próximo ano ainda não será possível dar um passo concreto em decisão nenhuma, já que o tema não é de manejo simples. Dessa forma, os Conselhos defendem esse tema como importante e que o sistema de saúde no Brasil também se espelhe na educação, com planos decenais, discutindo temas que necessitam de decisões de médio e longo prazo. Na sequência, a representante da SAES concordou com os conselhos e relatou que a complexidade é muito grande, e as decisões não são centralizadas e envolvem muitos perfis. Ainda, deixou claro que a SAES não é contra a temática, e está buscando ter uma noção gerencial de como levar isso de maneira que o Ministério, ou a própria tripartite, demandem o projeto com um desenho que seja minimamente operacional, demandando um projeto mais apropriado no sentido de sua própria consequência, porque além disso, todas as mudanças regulatórias hoje no governo federal devem passar pela Análise de Impacto Regulatório (AIR). Finalizando a fala, a representante da SAES mostrou interesse em realizar um trabalho em conjunto, mas expôs sua preocupação, inclusive pelos aspectos apontados nas falas do Sr. Mauro, do Sr. René e do Sr. Nésio.

Após as intervenções sobre o projeto "HPP nas Redes de Atenção à Saúde – Atuação e inserção dos Hospitais de Pequeno nas RAS", Conass, Conasems e o Ministério da Saúde **deliberaram pela reprovação acompanhando o parecer técnico**.

Dando continuidade, a Sra. Ana Paula Rodrigues Siqueira deu início à pauta deliberativa, apresentando o Quadro III, com as propostas aprovadas para deliberação.

Quadro III – Proposta

Hospital de Excelência	NUP	Título	Valor
HIAE	25000.167302/2022-10	REGRAVE - Regionalização e Grávidas: Análise de Valor e Eficiência de Ferramenta Tecnológica com Base em Dados de Vida Real no Apoio à ESF e à gestão municipal no SUS no âmbito da Assistência Materna	R\$ 5.351.387,10
HIAE	25000.165135/2022-64	Projeto de estudos sobre a doença mpxo (monkeypox) no Brasil: NETPOX Project	R\$ 2.526.027,00

A proposta **"REGRAVE - Regionalização e Grávidas: Análise de Valor e Eficiência de Ferramenta Tecnológica com Base em Dados de Vida Real no Apoio à ESF e à gestão municipal no SUS no âmbito da Assistência Materna"**, do HIAE, registrado sob o NUP 25000.167302/2022-10, foi apresentada e colocada para deliberação. Inicialmente, o Sr. René Santos, assessor Técnico do Conass, pontuou duas observações para que sejam consideradas na apresentação do plano de trabalho da proposta apresentada. A primeira é que seja corrigida a vigência de 12 meses para 9 meses, tendo em vista que na discussão prévia se pensou na vigência em torno de 9 meses, considerando que aprovando a proposta, ainda terá todo o trâmite de construção do plano de trabalho e sua análise para aprovação, e o outro ponto seria a necessidade de o hospital identificar, no plano de trabalho, as questões relacionadas às diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde, em composição com o foco inicial da proposta, que é a Política Nacional de Atenção Básica. Tendo em vista que a proposta foi elaborada em parceria com Conasems, solicitou que o mesmo se manifestasse sobre os detalhes da proposta. Em seguida o Sr. Mauro Guimarães Junqueira, Secretário-Executivo do Conasems, explanou sobre a elaboração da proposta e explicou que ela busca o fortalecimento da atenção primária através da assistência materno infantil, assim como o cuidado e a capacitação dos profissionais nos Cosems. Expressou ainda o de acordo com os apontamentos feitos pelo Conass, no que tange às diretrizes relacionadas à rede de atenção e sobre o prazo, já que o projeto será executado em 9 meses. Após as colocações, a proposta foi **aprovada** pelos membros do Comitê Gestor.

Em continuidade, foi apresentada e colocada para deliberação a proposta **"Projeto de estudos sobre a doença mpxo (monkeypox) no Brasil: NETPOX Project"**, do HIAE, registrado sob o NUP 25000.165135/2022-64. O Conass se posicionou pela aprovação da proposta, contudo solicitou que a construção do plano de trabalho seja feita em articulação com a SVS e sugeriu, inclusive, que seja identificado se não há iniciativas em curso com o mesmo escopo em outras secretarias do Ministério. O Conasems compartilhou o posicionamento do Conass e também se posicionou pela aprovação. Diante das falas sobre projeto, o Sr. Bruno Silva questionou como esse projeto se relaciona com a pesquisa que já está encomendada no momento da compra das próprias vacinas, e para responder o questionamento a fala foi aberta para a área técnica SCTIE, com posterior abertura para a SVS. Sendo assim, a Sra. Ana Paula Teles Ferreira Barreto, Secretária Adjunta da SCTIE, relatou que a secretaria está em alinhamento e em discussão juntamente com SVS, justamente para evitar duplicidade de esforços, e também para buscar uma complementaridade às iniciativas que já estejam ocorrendo em vários nichos, inclusive, no caso em pauta a questão é tratamento medicamentoso, e a secretaria está de acordo com esse alinhamento. Em ação contínua, o Sr. Gerson Fernando Mendes Pereira, Diretor do DCCI/SVS, expôs que os projetos devem atender a necessidade de saúde e as lacunas do conhecimento que o Ministério da saúde deseja responder, atendendo a necessidade da saúde pública do país, sendo assim o representante da SVS concordou com a aprovação da proposta. Em complementação, a Sra. Patrícia Campos Couto, Coordenadora de Gestão de Programas de Pesquisa COPP/CGFPS/DECIT/SCTIE, explicou que há discussão de duas propostas sobre a monkeypox no Ministério, ambas em conjunto com a SVS, desde o início do COI, e, na verdade, a partir do que que o COI levantou de necessidade de pesquisa, foi apresentado tanto para o HIAE como para a BP uma lista de linhas de pesquisas que seriam interessantes, e assim a proposta em pauta foi apresentada. Desse conjunto de estudos, há um terceiro, que é o protocolo contendo Tecovirimat, e talvez haja uma complementação com o estudo das vacinas que a SVS

está conduzindo junto à Fiocruz, já que realmente seria impossível fazer qualquer ensaio clínico dentro do Proadi-SUS apenas em um ano restante no triênio. Concluindo a fala, ressaltou que a SCTIE terá esse cuidado, que a revisão sistemática será discutida com SVS, e informou que esse é o único projeto de monkeypox em desenvolvimento no Proadi SUS no momento. O Sr. Nésio ratificou a recomendação do Conass em incorporar a vinculação da participação da SVS, opinando e participando do processo de elaboração do projeto. O Secretário-Executivo do Ministério da Saúde solicitou que seja obrigatória a verificação da relação entre essa pesquisa apresentada na proposta e a pesquisa que já está sendo implementada por meio, inclusive, de acordo de compra com a própria Opas. Informou, ainda, que trata-se de um volume grande de vacinas, sendo 49.000 vacinas no primeiro lote, as quais serão utilizadas na pesquisa em andamento, e o governo já investirá R\$ 23.000.000 de reais nesse processo. Então, passou a palavra para a Sra. Socorro Gross Galiano, Representante OPAS/OMS, para explicar a respeito. Ela agradeceu a oportunidade e solicitou que esta proposta seja alinhada com o protocolo internacional, uma vez que o momento é de emergência em saúde pública de importância internacional por MPOX, e há um protocolo padrão aprovado. Essa filiação ao protocolo internacional traz também uma doação de medicamentos para pesquisa, contribuindo para que esta seja mais robusta. Neste momento os países que têm utilizado Tecovirimat não demonstraram uma informação que seja concluyente, exatamente porque não é usado um protocolo comum. Assim, torna-se difícil chegar a uma conclusão sobre essa doença, que existe globalmente. Nesse sentido, a solicitação da Opas é que a proposta seja alinhada e tenha a adição ao protocolo internacional. Diante de todas as observações, a proposta foi **aprovada** pelo Comitê Gestor.

Na sequência foi apresentado um projeto aprovado, conforme o Quadro IV - Projeto Aprovado.

Quadro IV - Projeto Aprovado

Hospital de Excelência	NUP	Título	Valor
AHMV	25000.067585/2022-92	Diagnóstico situacional da rede de atenção em saúde ao paciente com epilepsia no Brasil para o planejamento de estratégias de enfrentamento no SUS	R\$ 4.941.264,35

O projeto "**Diagnóstico situacional da rede de atenção em saúde ao paciente com epilepsia no Brasil para o planejamento de estratégias de enfrentamento no SUS**", do AHMV, inscrito sob o NUP 25000.067585/2022-92, foi apresentado e posteriormente colocado para deliberação. Inicialmente, o Sr. René solicitou o esclarecimento de quantos e quais são os estados que poderiam ser objeto de identificação para centros de referência, e quais os critérios de seleção desses 30 centros de referência, para que assim os conselhos pudessem se manifestar. A palavra foi passada para a representante da SAES, Dra. Maria Inez, que pontuou que o parecer foi aprovado no seu mérito porque a Central Nacional de Regulação de Alta Complexidade (CNRAC), tem na cirurgia de epilepsia, principalmente, a maior dificuldade de acesso. Hoje há praticamente apenas dois hospitais que recebem pacientes pela CNRAC, sendo um hospital em Porto Alegre e um hospital em Ribeirão Preto. Então esse trabalho vai poder identificar a capacidade instalada no país, para que seja feita a seleção dos centros, e o próprio projeto tem como um dos objetivos específicos identificar a capacidade instalada. O Sr. René registrou que o Conass participou da reunião técnica e desde o início se mostraram preocupados que esse projeto pudesse ter a visão do país como um todo, pelo menos na possibilidade de que, onde houvesse, se pudesse trabalhar com o centro de referência em todas as regiões brasileiras, uma vez que esta foi a demanda da apresentação do mérito da proposta. Em função disso, solicitou que na aprovação do projeto, quando forem definidos estados, quais estados serão contemplados com esse trabalho articulado, quantos estados foram contemplados e os critérios de seleção desses centros, o Conass pudesse participar de uma reunião técnica para essa discussão. O Conasems acompanhou o posicionamento do Conass pela definição dessas referências e foi pela aprovação do projeto. Em continuidade a palavra passou para o representante do AHMV, que agradeceu a oportunidade de esclarecer os apontamentos alinhados com a SAES e relatou que a abrangência é nacional, que são 30 hospitais credenciados hoje, mas que, de fato, apenas dois fazem as cirurgias. O hospital se comprometeu em fazer todo o monitoramento da jornada, em todo o Brasil, e concordou com a participação dos conselhos, por ser fundamental para que, em conjunto, possam definir quais serão os centros no país. Relatou ainda que de fato a demanda é enorme, inclusive existe uma questão tecnológica que estará em discussão, e que poderá ser objeto do projeto, se o diagnóstico assim apontar para um estudo mais aprofundado no próximo triênio. A SAES se comprometeu em organizar a reunião técnica para discussão. Após toda a explanação, deliberou-se pela **aprovação do projeto**.

Dando seguimento, a Sra. Ana Paula Rodrigues Siqueira passou para a apresentação das repactuações dos projetos, conforme o Quadro V - Repactuação de Projeto.

Quadro V - Repactuação de Projetos

Hospital de Excelência	NUP	Título	Valor	
HIAE	25000.177023/2020-94	Apoio à qualificação do processo de doação e transplantes de órgãos, tecidos e medula óssea, por meio de ações integradas de assistência à saúde, gestão e capacitação profissional.	De R\$ 243.634.906,00 para R\$ 363.634.906,00	C
AHMV	25000.013121/2021-85	Avaliação de estratégias de enfrentamento da epidemia de sífilis no Brasil	De R\$ 4.640.949,41 para R\$ 8.571.724,73	C
AHMV	25000.012788/2021-61	Estudo Epidemiológico sobre a Prevalência Nacional de Agentes Respiratórios em Crianças e Adolescentes	De R\$ 10.636.663,83 para R\$ 14.396.761,28	C
HIAE	25000.164382/2020-81	Estudo prospectivo randomizado de neoadjuvância total vs convencional objetivando resposta clínica completa em câncer de reto localmente avançado (Brazil – TNT – Brazilian Total Neo-adjuvant Therapy Trial)	De R\$ 2.390.802,23 para R\$ 1.561.767,09	C
AHMV	25000.176644/2021-31	Avaliação do impacto de bundles de reabilitação precoce na qualidade de vida de pacientes acometidos pela condição pós-Covid-19 (síndrome pós Covid-19 ou long-Covid-19)	De R\$ 3.958.277,88 para R\$ 3.145.041,16	C
HIAE	25000.174060/2021-21	Avaliação do impacto de estratégias de reabilitação e alta precoces na síndrome pós-COVID (RCT rehab long-COVID e subestudo O2 domiciliar)	De R\$ 12.390.269,64 para R\$ 10.063.791,77	C

O primeiro projeto "**Apoio à qualificação do processo de doação e transplantes de órgãos, tecidos e medula óssea, por meio de ações integradas de assistência à saúde, gestão e capacitação profissional**", do HIAE, registrado sob o NUP 25000.177023/2020-94, foi apresentado e colocado para deliberação. A SAES se manifestou em defesa da alteração por considerar a quantidade de pessoas em assistência na fase do pós-transplante. Historicamente

havia uma necessidade muito grande iniciar no Brasil transplantes complexos, como o intestinal e o multi visceral, então foram desenvolvidos projetos dessa temática em triênios anteriores do Proadi-SUS. Atualmente, esse projeto está dividido em dois eixos: atendimento ao paciente e capacitação de profissionais. Até o momento, são 373 pacientes já sendo atendidos em fase de pré transplante e 2.272 em fase de pós-transplantes. Sobre o segundo eixo, o projeto realiza a capacitação e tutoria, justamente para disseminar esse conhecimento em vazios assistenciais. São 4 tutorias que estão sendo realizadas, sendo duas renais, uma de fígado e outra de coração. Há também a capacitação em morte encefálica e capacitação de urgência e emergência, além das reciclagens para equipes em estabelecimentos que já são autorizados a realizar transplante renal, fígado, coração e pulmão. Em fala posterior, o Secretário-Executivo se manifestou pela aprovação da repactuação, conforme recomendado pela área técnica.

Em ato contínuo, Conass e Conasems registraram suas considerações diante do histórico desse projeto no Proadi-SUS: 1. Que o projeto do HIAE já foi executado nos triênios 2015/2017 e 2018/2020; 2. Que o projeto do HIAE foi aprovado como projeto de continuidade, conforme previsto pela Portaria GM/MS nº 3.823, de 29 de dezembro de 2020; e 3. Que o projeto foi aprovado para o triênio 2021/2023 na 4ª Reunião Ordinária do Comitê Gestor do Proadi, realizada no dia 28 de abril de 2022.

Ainda, considerando a relevância, acesso e resultados sanitários para a população usuária do SUS, os conselhos pontuaram: 4. Que se trata de projeto de abrangência nacional, por meio do qual os recursos empregados resultarão em benefícios voltados a todas as regiões e estados brasileiros; 5. Que o projeto é de grande magnitude e relevância à assistência da população que necessita de transplantes; 6. Que o projeto visa a qualificação do processo de realização de transplantes por meio de atividades assistenciais e de capacitação profissional no SUS; e 7. Que se trata de projeto em andamento, e conforme informado pelo HIAE no documento Alteração de Projeto, contempla mais de 2.000 pacientes transplantados em seguimento e mais de 400 pacientes em lista de espera que precisarão ser transplantados quando surgir doador compatível.

Na sequência, considerando os Pareceres Técnicos conclusivos do Ministério da Saúde, Conass e Conasems registraram: 8. Que cabe ao Ministério da Saúde por meio de suas áreas técnicas emitir parecer conclusivo em relação à alteração de valores de projetos; 9. A manifestação do Núcleo de Apoio à Análise Financeira da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (NAAF/SAES), por meio da Nota Informativa nº 48/2022 SAES/GAB/SAES/MS, identifica que se faz razoável o pedido de aditivo no valor de R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais), conforme justificado na solicitação de alteração do projeto, e que na mesma Nota recomenda a aprovação dos custos, haja vista que o acréscimo em questão, ocorreu, principalmente, pela alteração da estrutura; 10. A manifestação do Departamento de Atenção Especializada e Temática da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (DAET/SAES), por meio de Parecer Técnico nº 143/2022 – CGSNT/DAET/SAES/MS, que opina pela aprovação referente à solicitação de alteração de Plano de Trabalho; 11. O Despacho da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (SAES/MS) que encaminha a sugestão de aprovação do referido projeto; e 12. A manifestação de aprovação da alteração de valor do projeto, realizada nesta reunião pelo representante do Ministério da Saúde no Comitê Gestor do Proadi-SUS.

Dessa forma, Conass e Conasems se manifestaram pela aprovação de alteração do Plano de Trabalho do referido projeto, com base no parecer conclusivo da área técnica do Ministério da Saúde e com o registro das seguintes observações:

1) Que sua execução siga rigorosamente as normativas do SUS que estabelecem a regulamentação, controle e monitoramento do processo de doação e transplantes, de maneira especial aquelas que definem a oferta e o fluxo de acesso dos potenciais receptores registrados em lista de espera regulada pela Central Nacional de Transplantes - CNT/CGSNT/DAET/SAES/MS.

2) Sugerir ao Ministério da Saúde que apresente em reunião do Comitê Gestor o monitoramento da execução do referido projeto no triênio 2021/2023, conforme previsto no Manual Técnico do Proadi SUS.

Em conclusão, o posicionamento é pela **aprovação**, com os considerandos e com as observações registradas em ata.

Ato contínuo, o projeto **“Avaliação de estratégias de enfrentamento da epidemia de sífilis no Brasil”**, do AHMV, registrado sob o NUP 25000.013121/2021-85, foi apresentado e colocado para deliberação. Com a palavra o Sr. René Santos, Assessor Técnico do Conass, solicitou o posicionamento da área técnica do Ministério da Saúde, referente à quantidade de entregas já realizadas e o que é proposto para execução em 2023. O representante da SVS explicou que se trata de projeto de continuidade importante para avaliar o aumento de sífilis no Brasil, e que foi escolhido o estado do Rio Grande do Sul, especialmente Porto Alegre, porque é uma capital onde é maior número de casos de sífilis, HIV/aids, hepatites, tuberculose e é o maior número de óbitos. Inicialmente, era pretendido o recrutamento de 10.000 pacientes, mas a pandemia prejudicou este processo, chegando ao recrutamento em torno de 4.562 pacientes, e desses pacientes, 137 apresentaram diagnóstico de HIV, 71% já com carga de final. A solicitação de repactuação do projeto se dá devido à implementação de uma intervenção de tele monitoramento desses pacientes com a sorologia reagente no município, por meio de ligações telefônicas controladas, para incentivar a adesão ao tratamento, e o aumento, principalmente na parte de pagamentos de recursos humanos, para a conclusão do projeto. Após a fala da área técnica, foi solicitado pelos conselhos, a manifestação do hospital sobre a previsão de desenvolvimento em 2023, visto que a repactuação será para o último ano do projeto. Com a palavra o Sr. Luis Eduardo Ramos Mariath, do AHMV, defendeu a aprovação de repactuação justificando em 2021 foi um ano em que a pandemia, forçosamente, prejudicou o desenvolvimento de vários projetos, e esse foi um deles. Houve paralisação do projeto, mantendo os custos, porque demitir as pessoas para readmiti-las, no momento que não se sabia quando seria possível o retorno das atividades, seria totalmente inviável. Além do mais, o projeto está sendo estendido por mais seis meses, o que gera aumento. Durante a sua execução, houve também uma série de aumentos nos custos, em função da pandemia. No ano de 2023, justamente para compensar essa perda de execução no ano de 2021 e que não pôde ser executado em 2022, porque também houve resquícios de pandemia, foi feita uma avaliação no eixo 2, sobre as unidades de saúde, quando a trajetória de diagnóstico e tratamento e monitoramento dos pacientes com sífilis, ainda avaliando a eficácia das diferentes estratégias de enfrentamento. Acerca do eixo 3, a implementação de uma intervenção de tele monitoramento, que é justamente que o representante da SVS citou, o hospital relatou que teve dificuldade durante o período da pandemia e muito mais em 2022, justamente em função da celebração do termo com o município de Porto Alegre. Então esses são os principais motivos das alterações, e os custos pleiteados nesse período têm reflexos em outras rubricas, porque as rubricas são proporcionais, como custos indiretos, como custos compartilhados, que são da equipe que orbitam em torno do projeto para execução. A entrega em 2023 será atuar fortemente nos eixos que ficaram para por realizar, especialmente em função da prefeitura, do município e do da pandemia. Os entes deste Comitê, considerando o registro das observações da SVS, complementado pelo hospital, se posicionaram **pela aprovação**, conforme parecer da área técnica.

Dando continuidade, foi posto para deliberação o projeto **“Estudo Epidemiológico sobre a Prevalência Nacional de Agentes Respiratórios em Crianças e Adolescentes”** do AHMV, registrado sob o NUP 25000.012788/2021-61, e após apresentação da Sra. Ana Paula, houve o posicionamento dos conselhos, que pontuaram as observações, para fins de aprovação, e solicitaram esclarecimentos por parte da SVS em relação ao que já foi entregue, o que está previsto para 2023, e sobre a doação de bens, pediram que esse assunto fosse tratado de forma separada, não considerando como está no parecer a decisão sobre doação. A palavra foi dada ao representante da SVS, que prestou esclarecimentos sobre as principais entregas que esse projeto forneceu até o momento para a área técnica, se referiu ao recrutamento dos pacientes, que conseguiram iniciar, porque esse projeto também foi prejudicado devido à pandemia da COVID-19. Trata-se de um estudo que precisou ter seu cronograma completamente revisto em função desse motivo, e foram feitas diversas entregas referentes à educação em saúde, tuberculose, principalmente, cursos que estão disponíveis na plataforma do AHMV, que são de uma qualidade do ponto de vista técnico. Para 2023 o hospital vai continuar com arrolamento dos pacientes, nos dois eixos operacionais que ainda restam para ser executados, seria o projeto DBPAD propriamente dito e o projeto GXT. Foi destacado que esse projeto é principalmente referente à tuberculose infantil, tuberculose pediátrica, que é uma doença negligenciada, então, no mundo todo existem investimentos baixíssimos em tuberculose pediátrica e o Brasil aparece hoje como um dos principais investidores nessa temática, e um dos grandes motivos disso é esse projeto Proadi-SUS com o AHMV. A SVS acredita que isso traz um benefício enorme para o SUS, porque introduz novas técnicas para o diagnóstico da tuberculose latente e da tuberculose ativa em crianças. Quanto à doação, esses equipamentos foram alocados em 13 diferentes sítios, em comum acordo com a SVS, e o principal critério foi servir aos objetivos do estudo, e que esses equipamentos pudessem, ao mesmo tempo, ser utilizados na rede de teste rápido molecular. Existem hoje no Brasil cerca de 200 máquinas para esse fim, elas não fazem só teste de tuberculose, mas também servem para diagnóstico de hepatites e de HIV, e o objetivo foi que elas fossem colocadas em locais que pudessem servir ao SUS nesse momento, como alguns Lacens, então são locais em que eles já podem servir ao público. Com o registro das observações feitas, e entendendo que está sendo acatado que a discussão da doação e não da locação desse equipamento será objeto de outra deliberação, Conass e Conasems se manifestaram pela **aprovação da repactuação**, assim como o Ministério da Saúde.

Em continuidade, foi apresentado o projeto **“Estudo prospectivo randomizado de neoadjuvância total vs convencional objetivando resposta clínica completa em câncer de reto localmente avançado (Brasil – TNT – Brazilian Total Neo-adjuvant Therapy Trial)”**, do HIAE, registrado sob o NUP

25000.164382/2020-81, e colocado para deliberação. Inicialmente a Sra. Patrícia Campos Couto, coordenadora da COPP/DECIT/SCTIE, relatou que este projeto também sofreu consequências com a pandemia de COVID-19, que comprometeu não só este mas toda a pesquisa clínica no Brasil. O projeto teve sua continuidade aceita e o recrutamento dos pacientes iniciou em 2021. Em uma análise muito parcial, a secretaria visualizou que o grupo intervenção apresentou respostas positivas em relação à parte clínica e patológica desses pacientes com câncer de reto. O tratamento tem sido bem tolerado, mas é uma análise parcial, que só poderá ser extrapolada ao final da pesquisa. Como havia uma projeção para 2021 que não se concretizou, o valor do projeto foi ajustado, assim como o cronograma das atividades, para que se termine o projeto em dezembro de 2023. Os conselhos reafirmaram que as entregas serão mantidas conforme pensado, e não se coloca a condição de continuidade. Assim, diante deste fato, a **repactuação foi aprovada** pelos membros do Comitê.

Em prosseguimento, foram apresentados os projetos colaborativos "**Avaliação do impacto de bundles de reabilitação precoce na qualidade de vida de pacientes acometidos pela condição pós-Covid-19 (síndrome pós Covid-19 ou long-Covid-19)**", do AHMV, inscrito sob o NUP 25000.176644/2021-31 e o projeto "**Avaliação do impacto de estratégias de reabilitação e alta precoces na síndrome pós-COVID (RCT rehab long-COVID e subestudo O2 domiciliar)**" do HIAE, inscrito sob o NUP 25000.174060/2021-21. Por se tratar da mesma justificativa, a mesma situação e ponderações, os projetos foram deliberados de maneira conjunta. Sobre as considerações dos objetos de repactuação, a Sra. Patrícia Campos Couto, coordenadora da COPP/DECIT/SCTIE, relatou que os projetos em pauta foram amplamente discutidos, também com o Conass e Conasems, e foi necessária a constituição de um comitê diretivo com as secretarias SAPS, SAES e SVS, para poder acompanhá-los, porque com o avanço da vacinação, a quantidade de pacientes que estão chegando na UTI caiu expressivamente. Para não cancelar os projetos, porque são poucos são os estudos em covid longa, foi encontrado como alternativa a ampliação para pacientes com insuficiência respiratória de modo geral, incluindo covid. Foi feito um trabalho com apoio da SVS, para localizar onde estão esses pacientes internados, ainda em estado grave, para poder direcionar o estudo para esses locais e viabilizar esse estudo até o final do triênio. O Sr. René, em fala posterior, relatou que a justificativa foi clara e que sem dúvida alguma, com o impacto da vacinação, fez-se necessário o redimensionamento dos dois projetos. Dessa forma, os membros do Comitê deliberaram pela **aprovação da repactuação**.

Em intervenção, o Sr. Mauro Junqueira solicitou que fosse deliberado neste Comitê Gestor os projetos prontos para assinatura: "**Linha de cuidado do recém-nascido prematuro e a termo com cardiopatia congênita no âmbito do SUS**", do AHMV, inscrito sob o NUP 25000.057638/2021-86, e o projeto "**Estudo Cidade Cardio-protégida: impacto do treinamento de voluntários na reversão de parada cardiorrespiratória**", também do AHMV, inscrito sob o NUP 25000.036059/2021-08, pela importância dos projetos e pelo tempo de execução que há para o ano que vem. Sendo assim, os conselhos solicitaram o adiantamento da aprovação. Concebida a justificativa, a Sr. Diretora do DECOOP apresentou os projetos e colocou para deliberação por *Ad referendum*, conforme o Quadro VI.

Quadro VI – Projetos Aprovados por Ad referendum

Hospital de Excelência	NUP	Título	Valor	Pe
AHMV	25000.057638/2021-86	Linha de cuidado do recém nascido prematuro e a termo com cardiopatia congênita no âmbito do SUS	R\$ 5.362.122,43	2
AHMV	25000.036059/2021-08	Estudo Cidade Cardio-protégida: impacto do treinamento de voluntários na reversão de parada cardiorrespiratória.	R\$ 4.054.124,96	2

O Conasems se manifestou pela aprovação, e o Conass acompanhou o posicionamento, deixando registrado a necessidade de deixar para um outro momento a decisão da doação de bens, que nesse momento se faça a aprovação justamente do que está previsto, mas que não fique configurado, ainda, a questão da doação prevista no parecer do projeto "Estudo Cidade Cardio-protégida". Quanto ao projeto apresentado "Linha de cuidado do recém-nascido", Conass e Conasems também são pela aprovação, mas solicitaram que os conselhos sejam informados do critério de definição dos cinco centros fora do Rio Grande do Sul, na mesma lógica que foi discutida em outro projeto semelhante. Foi concedida a palavra ao representante do AHMV, que firmou o de acordo com o posicionamento dos conselhos e garantiu a utilização do recurso proposto na orçamentação, não havendo alteração, e garantiu o encerramento dos projetos em 31/12/2023, conforme proposto. Em intervenção, o Secretário-Executivo do Ministério da Saúde, afim de alinhar as informações com o resto do plenário, recapitulou que essas ponderações foram apresentadas, por parte dos representantes do Conass, do Conasems e do AHMV, em que os projetos estão, a princípio, habilitados para serem apresentados e aprovados, mas no entanto, não houve tempo hábil para inclusão em pauta, e dado o avanço do triênio, não seria interessante para a execução dos projetos perder adicionais 30 dias e aguardar a próxima reunião do comitê gestor do Praodi-SUS. A solicitação foi para que fossem incluídos em agenda e aprovados, e que seria buscado suporte da área técnica e ao DECOOP, para que uma vez analisados os projetos, estando tudo em acordo, seria registrado o posicionamento favorável pelo Ministério da Saúde, o qual vai notificar a todos os integrantes do comitê da aprovação dos dois projetos. Dessa forma, **ambos os projetos foram aprovados Ad referendum** pelos membros do Comitê Gestor, condicionados à aprovação em parecer técnico pelo Ministério da Saúde.

Dando seguimento à pauta, a Sra. Ana Paula Siqueira finalizou a reunião deliberativa e acordou com os presentes que as apresentações do projeto colaborativo em execução, "**Saúde em nossas mãos**", conforme anunciou no início da reunião, pelo adiantado da hora, ficaria para a próxima Reunião Ordinária do Comitê Gestor.

Nada mais havendo a tratar, a Sra. Ana Paula Rodrigues Siqueira agradeceu aos representantes dos Conselhos e das Entidades de Saúde de Reconhecida Excelência e desejou um ótimo dia a todos, encerrando assim a reunião.

Assinatura eletrônica
Bruno Silva Dalcolmo
Secretário-Executivo do
Ministério da Saúde

Assinatura eletrônica
Wilames Freire Bezerra
Presidente do Conselho Nacional
de Secretarias Municipais de Saúde

Assinatura eletrônica
Nésio Fernandes de Medeiros Junior
Presidente do Conselho Nacional de Secretários
de Saúde



Documento assinado eletronicamente por **Wilames Freire Bezerra, Usuário Externo**, em 22/12/2022, às 17:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nésio Fernandes de Medeiros Junior, Usuário Externo**, em 23/12/2022, às 09:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Silva Dalcolmo, Secretário(a)-Executivo(a)**, em 23/12/2022, às 10:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0030655341** e o código CRC **12E88871**.

Referência: Processo nº 25000.412191/2017-36

SEI nº 0030655341

Coordenação de Projetos de Cooperação Nacional - CPCN
Esplanada dos Ministérios, Bloco G - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70058-900
Site - saude.gov.br